



REQUERIMENTO nº /2018
(da Deputada Zenaide Maia)

Requer a realização de audiência pública para ouvir as propostas apresentadas pelo manifesto “reforma tributária solidária” com o objetivo de esclarecer a população e principalmente as mulheres brasileiras.

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para compreendermos melhor a reforma tributária sob a perspectiva da proposta conhecida como “Reforma tributária Solidária” já que a proposta apresentada pela Comissão Especial da Reforma tributária apenas simplifica o sistema com a substituição de um conjunto de tributos por um imposto de valor agregado, sem aumentar a taxação sobre a renda e o patrimônio, de forma a aliviar a carga incidente sobre o consumo.

JUSTIFICATIVA

Recentemente foi apresentado nesta Casa um manifesto denominado “Reforma Tributária Solidária”, com a promessa de ser capaz de reduzir as desigualdades e estimular o desenvolvimento, de autoria de movimento suprapartidário, encabeçado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e pela Fenafisco.

Segundo matéria publicada pela Revista Carta Capital sobre o tema, em maio de 2018, os especialistas explicam que não basta redistribuir renda, mas que é necessário assegurar o financiamento da saúde, educação e assistência social. O artigo informa que a distorção é reconhecida há tempos. Em 2011, Fernando Gaiger Silveira, pesquisador do Ipea, revelou que os 10% mais pobres comprometiam 32% de todos os seus rendimentos com pagamento de impostos, ao passo que os 10% mais ricos dispendiam apenas 21% de sua renda. A injustiça decorre, sobretudo, do elevado peso dos tributos indiretos, que incidem sobre o consumo. Como os que ganham menos costumam sacrificar a maior parte dos vencimentos com alimentação, moradia e transporte, acabam sobretaxados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A matéria informa que recebeu, em primeira mão, uma prévia da obra, organizada por Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp e colunista do site. “Ninguém é contra a simplificação na cobrança de impostos. A proposta em discussão na Câmara não altera, porém, o caráter regressivo do sistema, que cobra proporcionalmente mais de quem tem menos. Além disso, vários dos tributos que serão extintos têm recursos carimbados para financiar as áreas sociais do governo, e não há clareza se a vinculação será mantida no novo formato.”

Desta forma, gostaríamos de convidar, dentre outros especialistas, representantes da Anfip, da Fenafisco, do IPEA, o Sr. Eduardo Fagnani, *Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit) e coordenador da rede Plataforma Política Social.*

Nestes termos é que solicitamos o apoio das nobres e dos nobres membros desta douta Comissão para a aprovação deste Requerimento.

Brasília, 10 de julho de 2018

Deputada **ZENAIDE MAIA**
PHS/RN